

## Projeto

## RR 2.0

Região Resiliente 2.0

# RELATÓRIO FINAL

OUTUBRO DE 2021 - JANEIRO DE 2023

## PRRRC do Algarve

Plataforma Regional para a Redução do Risco de Catástrofes do Algarve

### EQUIPA DE PROJETO

#### AMAL

Ana Borrego • Fernando Rodrigues • Pedro Chaves

#### ANEPC

Alexandre Vicente • Carina Coelho • Hélder Lima • Paulo Sacadura • Rui Fernandes

#### LabX/AMA

(Parceiro metodológico)

Jorge Lagarto • Rui Martinho



## Lista de Acrónimos

<b>AdA</b>	Águas do Algarve
<b>AGIF</b>	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>AHETA</b>	Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve
<b>AMA</b>	Agência para a Modernização Administrativa
<b>AMAL</b>	Comunidade Intermunicipal do Algarve
<b>ANEPIC</b>	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
<b>ATA</b>	Associação do Turismo do Algarve
<b>COMPC</b>	Coordenadores Municipais de Proteção Civil
<b>CHUA</b>	Centro Hospitalar Universitário do Algarve
<b>CMS</b>	Câmara Municipal de Setúbal
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>LabX</b>	Centro para a Inovação no Setor Público
<b>PIAAC</b>	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas
<b>PRRRC</b>	Plataforma Regional para a Redução do Risco de Catástrofes
<b>RR 2.0</b>	Região Resiliente 2.0
<b>RRC</b>	Redução do Risco de Catástrofes
<b>SCP</b>	Safe Communities Portugal
<b>SMPC</b>	Serviços Municipais de Proteção Civil
<b>UAlg</b>	Universidade do Algarve



# Introdução

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) e os seus 16 municípios, enquadrados no Quadro de *Sendai (2015-2030)* e na Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030<sup>1</sup> (Estratégia 2030) propuseram-se desenvolver um modelo de Plataforma Regional para a Redução do Risco de Catástrofes (PRRRC), doravante Plataforma, com o objetivo de construir uma solução de governança, envolvendo as organizações da sociedade civil, as universidades, as empresas e outras entidades públicas e privadas, por forma a permitir uma integração mais eficaz das medidas de redução do risco de catástrofe (RRC) nas políticas locais e uma maior adaptação do território às alterações climáticas, potenciando assim uma maior resiliência das comunidades daquela região.

Para o efeito, em parceria com o LabX - Centro para a Inovação no Setor Público da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), iniciou-se, em outubro de 2021, o **Projeto Região Resiliente 2.0 (RR2.0)**, que se desenvolveu em quatro etapas - Capacitação, Investigação, Conceção e Experimentação - e motivou a constituição de duas equipas de trabalho:

- Equipa nuclear, de cariz permanente, composta por elementos da ANEPC e da AMAL que teve a responsabilidade de planeamento e execução de todas as atividades do projeto;
- Equipa alargada, que juntou os 16 Coordenadores Municipais de Proteção Civil (COMPC) responsáveis pela proteção civil dos municípios, que compõem a Comunidade Intermunicipal do Algarve, para apoiar a equipa de projeto, de forma privilegiada, nas atividades decorrentes da conceção, desenho e implementação do protótipo da Plataforma.

---

<sup>1</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto

# I. Capacitação

Todos os elementos integrantes das equipas atrás referidas, participaram na fase de Capacitação (figura 1), ministrada pelo LabX, a qual permitiu habilitar os participantes para a compreensão, criação e desenvolvimento de desenho de serviços/projetos inovadores, dotando-os de ferramentas dinâmicas, numa perspetiva de fortalecer a geração de novas propostas de valor bem como uma cultura de experimentação.



*Figura 1 - Abertura da sessão de capacitação*

A sessão de capacitação (**out2021, Base Apoio Logístico – Loulé**) teve como dinâmica a constituição de equipas multidisciplinares às quais foram apresentados problemas reais e específicos para criação de propostas e ideias inovadoras, promovendo a utilização de materiais diversificados, o debate dentro de cada grupo e, culminado na apresentação de protótipos de soluções (figura 2).



*Figura 2 – Equipas de trabalho e apresentações.*

Este momento permitiu, numa primeira fase, experienciar dinâmicas e métodos de trabalho alternativos que fortalecem as relações entre os participantes, potenciando o debate e a troca de ideias no sentido de dar a resposta a problemas complexos que requerem o envolvimento e colaboração de todos os *stakeholders*, a transpor nas fases posteriores que englobam as atividades da conceção, desenho e implementação da própria Plataforma.

A transferência de competências e atitudes à equipa, por parte do parceiro metodológico, tornou-se essencial no reconhecimento da dificuldade, e a riqueza associada, em definir ideias e em transpô-las para a prática, numa abordagem aberta de constante melhoria associada à experimentação.

## II. Investigação

Concluída a fase de capacitação, iniciou-se a fase de investigação, caracterizada por trabalho de campo destinado a avaliar os desafios localmente existentes. Esta fase, que foi a mais complexa e dilatada do projeto, iniciou-se a 28 de outubro de 2021, tendo os trabalhos de investigação sido concluídos em setembro de 2022.

A fase de investigação teve como ponto de partida a questão “*Como construir um mecanismo de governança, com várias partes interessadas, para uma integração mais eficaz das medidas de redução do risco de catástrofe nas políticas locais, e uma maior adaptação do território às alterações climáticas?*”, e teve como documento inicial de referência o Caderno Técnico PROCIV#27<sup>2</sup>, nomeadamente quanto à exploração dos “Dez passos para constituição de uma Plataforma Local para a Redução do Risco de Catástrofe (PLRRC)”.

Para dar resposta aos desafios identificados, foram utilizadas várias ferramentas de reflexão e pesquisa, designadamente: **Ficha de projeto, mapa de stakeholders, pesquisa secundária, questionários e entrevistas.**

De entre as várias ferramentas acima descritas, salienta-se a importância da elaboração do mapa de *stakeholders*. Este ajudou a escolher quais as partes interessadas para o projeto, procurando posicionar cada um dos intervenientes considerados, de acordo com um conjunto de pressupostos, designadamente: razões para ser uma parte interessada, qual a sua missão, papel nos resultados do projeto e impacto do projeto na sua atividade.

Do elenco de entidades consideradas como relevantes de serem consultadas no âmbito do projeto, impôs-se mais tarde, no âmbito da investigação, uma escolha mais criteriosa assente no perfil de riscos selecionados e no tempo disponível para preparar, tratar e analisar os resultados dessas consultas.

No contexto do acima exposto, tendo por base a questão de partida, e de modo a consolidar o conhecimento existente, mas também identificar as lacunas de outros temas e *insights* relevantes a explorar, iniciou-se uma investigação mais apurada com recurso às seguintes ferramentas:

---

<sup>2</sup> Guia de Orientação para a Constituição de Plataformas Locais para a Redução do Risco de Catástrofes (ANEPC, 2020)



a) Pesquisa secundária, onde foram analisados diversos documentos de planeamento de emergência e de ordenamento do território, bem como documentos estratégicos, com vista à identificação dos riscos de maior relevância para a região. Desta pesquisa, os que obtiveram maior relevância foram, os riscos de **sismos/tsunamis** e os riscos de **incêndios rurais**.

b) Entrevistas estruturadas e semiestruturadas (por meios telemáticos), onde foram auscultadas Câmara Municipal de Setúbal (**CMS**), Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (**AGIF**), Universidade do Algarve (**UAig**) e a Associação de Turismo do Algarve (**ATA**).

c) Questionários *online*, os quais foram aplicados aos responsáveis dos Serviços Municipais de Proteção Civil (**SMPC**) da Região do Algarve, com o objetivo de recolher e suprir as lacunas de conhecimento existentes sobre (i) a identificação dos pontos fortes e fracos existentes no domínio da RRC, (ii) caracterização dos meios organizacionais e operacionais da região, (iii) identificação das ações em curso e planeadas com vista a RRC e (iv) identificação dos principais parceiros a envolver.

O processo de tratamento e análise dos resultados obtidos, através das entrevistas e questionários, decorreu com recurso ao método de Análise ROPONI das entrevistas e dos questionários e à sua respetiva sistematização.

Importa realçar que, todos os entrevistados, consideraram de uma importância maior a constituição de uma plataforma para a RRC, na medida em que esta poderá ajudar a “*criar uma cultura de risco*”, a “*aprofundar conhecimentos sobre os riscos existentes na região e, pela proximidade, promover a sua divulgação na comunidade e criar mecanismos de apoio aos órgãos ligados à Proteção Civil também da região, portanto, permitindo criar planos de ação*”, bem como melhorar a comunicação do risco, estabelecendo “*canais de comunicação organizados*”.

Por outro lado, em consonância com a linha de pensamento dos entrevistados, os responsáveis pelos SMPC, reconhecem a importância de uma plataforma na região, sobretudo no que diz respeito à melhoria da prevenção, mitigação e resposta em caso de acidentes graves, catástrofes e de eventos climáticos extremos. Além disso foi destacada ainda a importância do fortalecimento, ao nível local, da governança na gestão de riscos. Ficou refletida a crença de que a constituição de uma plataforma deverá aumentar a perceção do risco e funcionar perto do cidadão. De salientar que todos os municípios consideram que a Plataforma pode ajudar, nalguns casos consideram “determinante”, à implementação do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC do Algarve).

As informações recolhidas nesta etapa de investigação e o conhecimento entretanto adquirido permitiu-nos concluir que há oportunidade, com elevado potencial, para a construção e

implementação no Algarve, enquanto região piloto, de uma PRRRC; sendo esse potencial apoiado pela participação ativa – nas fases decorridas – dos 16 municípios que integram a região, bem como pela vontade política manifestada aquando da aprovação, em sede do Conselho Intermunicipal, do protocolo de cooperação do projeto RR2.0. Salienta-se, como fator facilitador e determinante, na constituição da plataforma, o reforço desse patrocínio político.

No final da fase de investigação foi ainda apresentada uma “*Proposta de ponto de partida para gerar soluções na cocriação*” que permitiu definir o rumo para a etapa seguinte, sustentada pela elaboração de dois documentos, nomeadamente a “**Proposta Esboço de PRRRC do Algarve**” que incluiu aspetos como o enquadramento, propósito, objetivos, declarações de intenção, modo de funcionamento, parceiros de relevo para o arranque e condições de adesão da plataforma e a “**Proposta de Memorando de Adesão à PRRRC do Algarve**”.

Com o objetivo de dar início à fase 3, foi promovida a apresentação dos resultados (**I2out**) do Relatório da Etapa de Investigação e dos documentos acima referidos aos titulares dos cargos de presidência da ANEPC e AMAL, com o objetivo de validar ambos os instrumentos tendo, colateralmente, sido um momento enriquecedor pelos comentários, observações, aprendizagens e oportunidades partilhadas no final da sessão.

As principais aprendizagens na fase de investigação refletem-se no processo de pesquisa (e análise) assumido.

Importa salientar o processo de seleção dos riscos com base nos documentos de base científica que retratam a região e no conhecimento e perspetivas da equipa alargada. Igualmente, releva-se a necessidade de auscultar representantes de entidades que já têm trabalho feito nas áreas de interesse, nomeadamente o primeiro exemplo a nível nacional de uma plataforma municipal que possibilitou a aquisição de conhecimentos concretos sobre o processo de constituição, incluindo alguns constrangimentos e dificuldades associados à iniciativa, também, os especialistas nas áreas dos riscos identificados cuja incorporação dos seus conhecimentos e perspetivas são fundamentais para a criação de uma base para a identificação de conteúdos sólidos.

A pesquisa sobre os temas, com base em métodos exigentes e robustos, onde se salienta, em vários casos, a orientação do parceiro metodológico, associados ao envolvimento de atores relevantes permitiram identificar filões de conhecimento que não haviam sido considerados, culminando na elaboração de um relatório que admite essas mesmas perspetivas e expectativas resultantes das necessidades identificadas.

A qualidade da pesquisa, onde se inclui a definição do processo, as fontes de conhecimento, os métodos de auscultação e de análise dos dados e dos resultados, é fundamental para sustentar e otimizar as bases da informação que se pretende trabalhar.

# III. Conceção

A fase de conceção iniciou-se com a apresentação dos resultados da investigação (**21out**) às entidades participantes nessa fase (os 16 COMPC da equipa alargada, COMPC de Setúbal, AGIF, ATA e UAlg), seguida de uma sua posterior auscultação sobre o assunto em apreço, através de um questionário. Este momento permitiu ter uma perceção sobre a qualidade dos resultados da investigação, na perspetiva dos participantes, e a seleção, por votação, de um número restrito de municípios a estarem presentes na sessão de cocriação.

Esta fase constitui-se também como uma oportunidade de envolver outras entidades relevantes no projeto, identificadas como fundamentais a incluir na sessão de cocriação. Desta forma, foi dinamizada uma sessão de apresentação (**03nov**) de enquadramento do projeto e dos objetivos da sessão às seguintes entidades: Águas do Algarve (AdA), Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), Guarda Nacional Republicana (GNR) e Safe Communities Portugal (SCP).

A **sessão de cocriação (08nov, Base Apoio Logístico – Loulé)** constituiu-se como o momento central e de destaque da presente fase e teve como propósito garantir a participação decisiva de parceiros com relevância para o desafio da construção, mas, fundamentalmente, o apoio à implementação, da futura PRRRC no Algarve (figura 3).



Figura 3 - Abertura da sessão de cocriação.

Na sessão estiveram presentes quatro elementos da equipa nuclear (anfitrião, dinamizador e facilitadores), tendo contado, também, com a presença do Comandante Regional de Emergência e Proteção Civil (COREPC), Vítor Vaz Pinto. Dos 16 participantes, sete representaram os seis municípios e os restantes as entidades convidadas que puderam comparecer (tabela 1).

*Tabela 1 - Lista de entidades e representantes presentes na sessão de cocriação.*

• <b>AdA</b>	(Técnica)	• <b>Município de Loulé</b>	(COMPC)
• <b>AHETA</b>	(Técnico)	• <b>Município de Faro (+1)</b>	(COMPC)
• <b>SCP (+1)</b>	(Presidente + membro do Conselho de Administração)	• <b>Município de Silves</b>	(COMPC)
• <b>CHUA</b>	(Presidente do Conselho de Administração)	• <b>Município de Portimão</b>	(COMPC)
• <b>GNR</b>	(Major, Chefe de Secção do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente)	• <b>Município de Albufeira</b>	(COMPC)
• <b>ATA</b>	(Vice-Presidente)	• <b>Município de Tavira</b>	(COMPC)
• <b>AMAL</b>	(Técnico)		
• <b>ANEPC</b>	(Técnico)		

Os documentos que sustentaram a “*Proposta de ponto de partida para gerar soluções na cocriação*” foram objeto de análise nos exercícios organizados para a sessão, a qual foi dinamizada pelo parceiro metodológico do projeto, LabX, e teve como facilitadores membros da equipa nuclear.

Desses documentos foram objeto de discussão os “Princípios”, “Objetivos” e “Funcionamento” da futura PRRRC do Algarve, e o Memorando de Adesão, o qual foi discutido integralmente, dada a sua relevância instrumental para o arranque da PRRRC do Algarve na etapa seguinte.

- **Princípios:** O exercício consistiu em extrair, para notas adesivas (Post-It), os Princípios inerentes às quatro Declarações de Intenção da plataforma apresentadas, e acrescentar outros considerados importantes para regular o funcionamento da plataforma, colocando-os no mural de forma agrupada (figura 4). A fase seguinte consistia em identificar (por votação) os 5 Princípios considerados mais relevantes para a PRRRC.



Figura 4 - Dinâmica e mural do exercício de definição dos Princípios da PRRRC do Algarve.

- **Objetivos:** O exercício consistiu na identificação, através de votação e com recurso a uma ferramenta digital (QRCode), dos cinco objetivos mais relevantes para a plataforma e para a região, de entre o conjunto de nove objetivos apresentados.
- **Funcionamento:** O exercício consistiu na identificação, através de votação e com recurso a uma ferramenta digital (QRCode), de uma única opção para cada um dos seguintes aspetos: periodicidade das reuniões; duração das reuniões; apresentação dos resultados; periodicidade de apresentação dos resultados; vigência do Plano de Atividades; atividades relevantes a realizar no âmbito da plataforma; quórum para reunião da plataforma.
- **Memorando de Adesão:** O exercício consistiu, numa primeira fase, na divisão dos participantes em três grupos A, B e C (figura 5), no sentido de analisarem o documento de proposta apresentado e assinalarem, com um marcador amarelo, as frases do texto que considerassem carecer de afinação, sendo atribuído um número a cada marca e, posteriormente, num Post-it, que escrevessem uma proposta de alteração para cada um dos pontos assinalados. De seguida, foi nomeado um representante por grupo, para apresentação dos trabalhos desenvolvidos, num momento designado de Rondas de Partilha (figura 6).



Figura 5 - Grupos A, B e C do exercício de reflexão do Memorando de Adesão da PRRRC do Algarve.

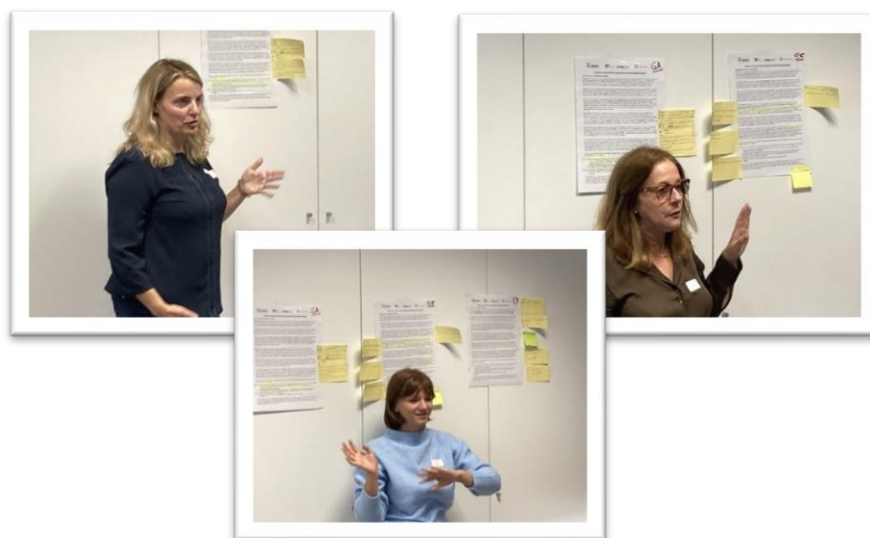


Figura 6 - Rondas de partilha dos grupos A, B e C do exercício do Memorando de Adesão da PRRRC do Algarve.

No final da sessão de cocriação foi, ainda, partilhada a previsão dos passos seguintes, nomeadamente: a partilha e apresentação dos resultados obtidos na sessão de cocriação; a possibilidade de eventuais reuniões intermédias com as entidades interessadas para alinhamento específico; a apresentação para validação e aprovação do Memorando de Adesão em sede do

Conselho Intermunicipal do Algarve, a partilha do documento com as entidades participantes para averiguação do interesse de adesão, a cerimónia para a assinatura do Memorando de Adesão entre os Membros Fundadores; e, por último, a primeira reunião de trabalho para definição dos próximos passos e alinhamento entre os parceiros. Foi ainda solicitado o preenchimento de um questionário de avaliação da sessão.

Os principais resultados da sessão de cocriação permitiram a elaboração do documento “**Memorando de Adesão à PRRRC do Algarve**” que se constitui como um instrumento fundamental para o arranque da operacionalização da plataforma, ao refletir o compromisso dos Membros Fundadores na prossecução do objetivo de aumentar a resiliência na região com base na solução de governança proposta.

A “**Proposta de PRRRC do Algarve**” (Anexo I) resulta, também, da inclusão dos contributos da sessão de cocriação e terá um papel fundamental na operacionalização da plataforma ao estabelecer algumas bases de apoio à elaboração dos instrumentos preconizados no Memorando de Adesão da PRRRC do Algarve, nomeadamente o Regulamento e a Estratégia Intermunicipal.

A sessão constituiu-se como um momento de elevada relevância, muito enriquecedor e produtivo graças à disponibilidade, participação e envolvimento ativo das entidades de valor e com representatividade regional, cujos contributos foram incorporados.

As informações recolhidas na etapa de conceção permitem aferir que há um elevado potencial para o sucesso da implementação da PRRRC do Algarve.

Este potencial é sustentado pela vontade demonstrada pelas direções das entidades constituintes do projeto, pelos municípios e entidades auscultadas, em aderir à plataforma e em apoiar a construção e implementação da solução de governança inovadora que irá requerer, necessariamente, a participação e envolvimento ativo de todos, de onde se destaca a necessidade de garantir o envolvimento ativo das direções, ou representantes com especial poder de decisão, das demais entidades envolvidas.

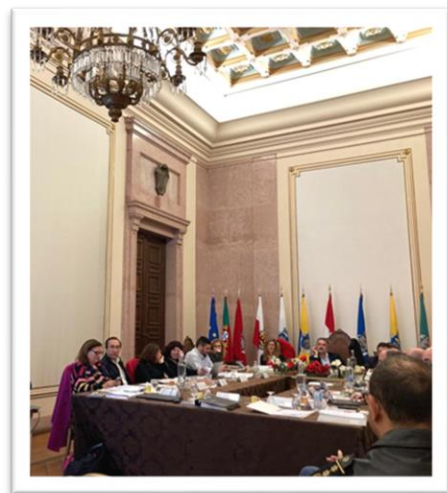
A fase de conceção teve o seu término com a sessão de apresentação dos resultados (**18nov**) à equipa alargada do projeto, i.e., os 16 COMPC da região do Algarve.

## IV. Experimentação

Esta fase, que mais que a experimentação da solução desenvolvida se constatou corresponder, em larga medida, à real operacionalização inicial da plataforma, teve o seu arranque com a sessão de apresentação dos resultados da cocriação (**22nov**) às entidades convidadas a participar nas diferentes fases do projeto.

Após validação informal interna (ANEPC e AMAL), o Memorando de Adesão à PRRRC do Algarve foi apresentado em sede do Conselho Intermunicipal do Algarve (**16dez**), no Salão Nobre da Câmara Municipal de Silves (figura 7). Este momento foi fundamental e de elevado valor pelo reconhecimento da importância da iniciativa e pelo resultado de aprovação e validação do documento por unanimidade; contou, ainda, com a presença de alguns elementos da equipa nuclear e com o 2º Comandante Regional de Emergência e Proteção Civil do Algarve, Abel Gomes, da ANEPC.

Neste contexto foi solicitado à equipa nuclear, pela presidente de Portimão, Isilda Gomes, a elaboração de um documento para divulgação da plataforma no âmbito da Comissão dos Recursos Naturais (NAT) do Comité das Regiões (assembleia consultiva dos representantes locais e regionais da União Europeia) a qual preside; tendo sido elaborado o Memorando de Divulgação da PRRRC do Algarve (Anexo 2).



*Figura 7 - Reunião do Conselho Intermunicipal do Algarve, 16 de dezembro*

À posteriori, foram promovidos contactos para partilha do Memorando de Adesão com as entidades que já haviam demonstrado interesse na adesão, no sentido de promoverem a validação interna do mesmo e se iniciar a recolha formal de intenção de adesão à PRRRC do Algarve.

Todo o trabalho desenvolvido até ao momento, culminou na cerimónia de destaque do projeto (**19jan**) – a Assinatura do Memorando de Adesão à PRRRC do Algarve, pelos Membros Fundadores (Anexo 3) – que decorreu na sede da AMAL, em Faro (figura 8).





Figura 8 - Assinatura do Memorando de Adesão por alguns Membros Fundadores (Fontes, da esquerda para a direita: <https://www.sulinformacao.pt/2023/01/plataforma-poe-o-algarve-a-remar-no-mesmo-sentido-na-reducao-de-riscos-de-catastrofes/>; <https://www.cm-sbras.pt/pt/noticias/13349/municipio-de-sao-bras-de-alportel-adere-a-plataforma-regional-do-risco-de-catastrofes-do-algarve.aspx>; <https://cm-castromarim.pt/site/noticia/algarve-tera-l-a-plataforma-regional-do-pais-para-reducao-do-risco-de-catastrofes>)

Como anfitrião da sessão e como elemento da equipa nuclear do projeto, técnico florestal da AMAL, Pedro Chaves, (figura 6) refere que a PRRRC do Algarve visa “*ser um fórum de conversação, de discussão e de construção de soluções inovadoras de governança*” de forma a garantir que “*haja convergência de soluções*” e “*uma operabilidade intermunicipal entre essas entidades e garantir que todas respondem no mesmo sentido*”.<sup>3</sup>

Enquadra o desafio, justificando que “*é por isso que envolvemos uma diversidade tão grande de parceiros. Também temos aqui representantes do tecido empresarial e da academia (...) temos de envolver essas entidades, para saber quais são os problemas que enfrentam.*”<sup>4</sup>

Nesta cerimónia, estiverem presentes, enquanto membros fundadores (figura 9), a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), representantes dos 16 municípios do Algarve (Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António), a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), as Águas do Algarve (AdA), a Associação de Turismo do Algarve (ATA), a Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), o Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Safe Communities Portugal (SCP) e a Universidade do Algarve (UAig).

<sup>3</sup> adaptado de <https://www.sulinformacao.pt/2023/01/plataforma-poe-o-algarve-a-remar-no-mesmo-sentido-na-reducao-de-riscos-de-catastrofes>



Figura 9 - Membros-Fundadores da PRRRC do Algarve

Estiveram, também, presentes alguns ilustres convidados representantes de entidades regionais da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve e do Comando Regional de Emergência e Proteção Civil do Algarve (CREPC), e como representante do parceiro metodológico do projeto RR2.0, o Centro para a Inovação no Setor Público da Agência para a Modernização Administrativa (LabX – AMA) (figura 10).



Figura 10 - Cerimónia de Assinatura do Memorando de Adesão da PRRRC do Algarve (Fonte: <https://barlavento.sapo.pt/destaque/algarve-cria-plataforma-regional-para-a-reducao-do-risco-de-catastrofes>)

Das valiosas intervenções na sessão, faz-se referência à do representante de uma das entidades fundamentais para o bom encaminhamento do projeto e como Membro Fundador da PRRRC do Algarve, o Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Brigadeiro General Duarte da Costa, (figura 9) que identificou o Algarve como sendo “*um exemplo a nível nacional da vontade coletiva em prol daquilo que é tão importante, que é a segurança de todos e para todos*”; acrescentou, ainda, que “*é um ótimo exemplo de resiliência regional, que consegue congrega, não só os 16 municípios que constituem a região, como também importantes entidades de vários sectores, transformando um espaço de cada um, num espaço coletivo para segurança de todos*”.

Salienta-se, também, a presença de Elsa Castro, Vogal do Conselho Diretivo da AMA, (figura 9) entidade convidada a participar na cerimónia, pelo papel fundamental e ativo na prossecução dos

objetivos do projeto, que no seu discurso frisou a ideia de que este “é um dia simbólico para a região do Algarve. Esta Plataforma e este modelo inovador de trabalho será um espaço privilegiado de articulação entre vários atores, que permitirá potenciar as capacidades de cada estrutura participante para um fim comum”; acrescentou, também, que “o trabalho da AMA, que se iniciou em 2021, termina aqui, mas estaremos sempre disponíveis para colaborar no que for necessário”, fazendo votos para que “esta solução regional possa ser replicada a nível nacional”.

Como representante da entidade coordenadora da PRRRC do Algarve, refere-se o discurso do Presidente da AMAL, António Pina, (figura 11) no qual partilhou a ideia de que “este é realmente um marco importante para a região. A imagem do Algarve sai, uma vez mais, reforçada porque continuamos a trabalhar para torná-la cada vez mais segura para os nossos residentes e visitantes. É indiscutível a importância do trabalho a desenvolver na redução do risco de catástrofes do Algarve (neste caso concreto incêndios, sismos e tsunamis) e nós, os 16 autarcas e todas estas entidades, estamos a trabalhar nesse objetivo”.

Nas palavras do presidente da AMAL “estamos todos a trabalhar no mesmo sentido, tornar o Algarve numa Região Resiliente”.



Figura 11 - Representantes das entidades promotoras do projeto RR2.0, da esquerda para a direita: Presidente da ANEPC, Brigadeiro General Duarte da Costa; Presidente da AMAL, António Pina; Vogal do Conselho Diretivo da AMA, Elsa Castro (Fonte: [https://www.ama.gov.pt/documents/24077/299486/Regi%C3%A3o+Resiliente\\_Assinatura\\_Protocolo/56929cdb-d56a-4845-ad89-2f7b0159d9bd?t=1674163950000](https://www.ama.gov.pt/documents/24077/299486/Regi%C3%A3o+Resiliente_Assinatura_Protocolo/56929cdb-d56a-4845-ad89-2f7b0159d9bd?t=1674163950000))

O segundo momento de operacionalização da PRRRC do Algarve, constante no Memorando de Adesão, corresponde à primeira reunião de trabalho da plataforma para definição dos próximos passos e alinhamento entre os parceiros.

A primeira reunião de lançamento da PRRRC do Algarve (**26jan**) contou com a presença de representantes de todos os Membros Fundadores (figura 12); considerou-se a representação da Região de Turismo do Algarve (RTA) cuja direção acumula funções na ATA (que poderá não ter os recursos necessários para acompanhamento das ações da plataforma), questão a ser esclarecida e definida em seio da PRRRC do Algarve.



Figura 12 - Primeira reunião dos Membros Fundadores da PRRRC do Algarve (Fonte: <https://www.pnrrc.pt/wp-content/uploads/2023/02/mosaico-imagens3-1024x230.png>).

Esta iniciou-se com a apresentação das entidades e deram-se início aos trabalhos de enquadramento e definição de questões do funcionamento e organização da plataforma.

O primeiro assunto teve como tema a Entidade Focal da plataforma, foram debatidas e esclarecidas as funções e as expectativas desta entidade, tendo-se realçado a forma como poderá dar expressão à mesma, dinamizar, dar voz e de se fazer representar noutros fóruns com o mesmo cariz, tais como a Plataforma Nacional de Redução do Risco de Catástrofe, Plataformas Internacionais e outras.

Ficou decidido, por unanimidade, que a Entidade Focal seria a Universidade do Algarve (UAAlg), nesta primeira fase da Plataforma, pelas suas credenciais técnicas e científicas; foi validado o modelo rotativo, com um período de 12 meses.

De forma a ultrapassar os dois primeiros grandes desafios da plataforma, cumprir com o segundo e terceiro momentos de operacionalização da PRRRC do Algarve, constantes no Memorando de Adesão, nomeadamente, a elaboração do Regulamento da plataforma e da Estratégia Intermunicipal de Redução do Risco de Catástrofes, foram constituídos dois Grupos de Trabalho (tabela 2), em que os membros presentes, foram convidados a integrarem os mesmos para o desenvolvimento destes dois instrumentos estratégicos.

Foi consensualizada a existência de lideranças para cada GT e as competências destas em convocar as entidades constituintes para a primeira reunião do grupo, bem como em designar formalmente o representante de cada uma.

*Tabela 2 - Organização dos Grupos de Trabalho*

<b>GT n°1 – Regulamento</b>	<b>GT n°2 – Estratégia Intermunicipal</b>
AMAL (líder)	ANEPC (líder)
UAlg	Município Albufeira
CHUA	Município de Tavira
Município Portimão	Município de Alcoutim
AGIF	Município de Castro Marim
GNR	AGIF
SCP	RTA / ATA
	AMAL

A primeira reunião de lançamento da plataforma teve o seu término com a consensualização da data da segunda reunião da PRRRC do Algarve, a ocorrer no dia 27 de março de 2023, às 10h30, na sede da AMAL.

Refere-se, por último, a divulgação da plataforma nos meios de comunicação social, de onde se salientam os endereços disposto nas fotografias do capítulo Experimentação do presente relatório (Anexo 4).

# Conclusão

O projeto RR2.0 seguiu a metodologia proposta, que consistiu em quatro fases, cada uma com características próprias que permitiram extrair competências e resultados muito interessantes.

É essencial ter uma equipa dedicada, com valências diversificadas e onde se promovem sinergias, capaz de resistir às adversidades, de se adaptar às mudanças, de se transformar perante as novas realidades e de preservar aquilo que é a essência e os objetivos do projeto – salienta-se a constituição da equipa nuclear com competências técnicas e de decisão próprias, da ANEPC-sede, ANEPC-CREPC e da AMAL, releva-se, paralelamente, a valiosa parceria com o LabX com valências próprias de capacitação, acompanhamento, orientação, apoio na gestão e no desenvolvimento dos trabalhos.

É fundamental fortalecer o apoio político e garantir a manutenção do compromisso e envolvimento da equipa alargada.

É, igualmente, essencial estreitar as relações interinstitucionais dos Membros Fundadores, no sentido de estruturar um fórum de governança robusto, aberto e com canais próprios e independentes, capaz de garantir o sucesso da própria plataforma.

Sobre a metodologia aplicada, ficou comprovada a necessidade de incluir e envolver as entidades na definição dos problemas, no preenchimento das lacunas do conhecimento, na criação das soluções e na tomada de decisão, como parte essencial do processo de obtenção do sentimento de compromisso, de consensos e, conseqüentemente, da melhor solução possível. Uma aprendizagem na aplicação desta metodologia, foi a valorização da constante e permanente partilha dos trabalhos, dos resultados e dos passos seguintes.

A investigação é crucial – no que diz respeito à pesquisa – o conhecimento adquirido, existente nos referenciais, partilhado pelos locais e pelos especialistas, é parte fundamental para a criação de uma base para identificação de conteúdos sólidos e inclusão de diferentes e novas perspetivas – no que diz respeito aos métodos usados – são essenciais para alcançar resultados robustos e identificar filões de conhecimento que não haviam sido considerados – no que diz respeito ao processo – é essencial para envolver atores relevantes e para estabelecer uma base de partilha de conhecimentos.

A cocriação constituiu-se como uma fase de elevada relevância, muito enriquecedora e produtiva graças à preparação, disponibilidade, participação e envolvimento ativo das entidades. Permitiu

além da cocriação das bases da plataforma, compreender a expectativa das entidades, as suas perspetivas no que diz respeito à necessidade e importância da constituição da PRRRC do Algarve, mas também de alguns desafios que antevêm.

De uma forma geral, conclui-se que há um elevado potencial para o sucesso da PRRRC do Algarve. Este é sustentado pela adesão de todas as entidades convidadas e pelo compromisso conjunto em construir e implementar a solução de governança inovadora que irá requerer, necessariamente, a participação e envolvimento ativo de todos.

Do projeto RR2.0 surge a PRRRC do Algarve, a primeira a nível nacional, um incentivo para que outras regiões desenvolvam as suas soluções e um contributo para tornar a região do Algarve mais resiliente.





## Lista de Anexos

- Anexo 1** Proposta de PRRRC do Algarve
- Anexo 2** Memorando de Divulgação da PRRRC do Algarve
- Anexo 3** Memorando de Adesão à PRRRC do Algarve
- Anexo 4** Levantamento Comunicação Social